

## Podem os macaenses falar? Da subalterna à condição especial

**Monica Simas**

*Universidade de São Paulo*

**Resumo:** Neste ensaio, tento apresentar alguns processos de ambivalência nas representações identitárias do macaense, a partir de três obras da ficção de língua portuguesa: o romance de Jaime do Inso, *O caminho do Oriente*, publicado em 1932; de contos da escritora macaense Deolinda da Conceição, reunidos em *Cheong-Sam, a cabaia*, de 1956, e de um certo percurso do protagonista de *A Quinta-Essência*, romance de Agustina Bessa-Luís, publicado em 1999, a partir do mito de Jano tal qual interpretado por Gayatri Chakravorty Spivak.

**Palavras-chave:** Literatura de Macau, presença portuguesa na Ásia, processos interculturais, literatura colonial, literatura pós-colonial

**Abstract:** In this essay, I try to present some processes of ambivalence in the Macanese identity representations, through three fiction works: Jaime Inso's novel *The way to Orient*, published in 1932; Deolinda da Conceição's book of stories, *Cheong-Sam*, 1956, and the track of the protagonist of Agustina Bessa-Luís's novel *Fifth Essence*, published in 1999, through the Janus myth such which Gayatri Chakravorty Spivak has interpreted it.

**Abstract:** Macao's literature, Portuguese presence in Asia, intercultural process, colonial literature, postcolonial literature

Há uma cena na literatura colonial portuguesa que me instiga a pensar sobre a bipartição de Macau em um espaço chinês e outro português, insistentemente reforçada pela história cultural da região, produzida nos séculos XX e XXI, que me impele a um retorno necessário. Chegando a Macau, Rodolfo Moreira e Frazão Antunes, os personagens amigos e viajantes do romance *O caminho do Oriente*, de 1932, de Jaime do Inso, localizam as duas cidades.

Assim, depressa verificaram que a cidade de Macau, espreguiçando-se dolentemente sobre minúsculas planícies e encostas, garrida e suave, no seu conjunto harmonioso de beleza dormente que não quer despertar, encerra, na realidade, duas cidades distintas mas que não são fáceis de separar e que correspondem a duas almas, a duas vidas, a duas civilizações – a de Portugal e a da China (Inso 1996: 75).

Se foi possível perceber, tão rapidamente, em Macau, a distinção entre a cidade chinesa e a portuguesa, legitimada pela dupla soberania por meio da qual agiam dois tipos de governo: um para os portugueses e/ou cristãos e outro para os chineses, também pelas suas historiografias paralelas e por duplos nomes de ruas, não teria sido inevitável olhar para o macaense e pensar o difícil "entre lugar" em que se situa este rosto? Quais as estratégias de inclusão e de exclusão, entre forças identitárias, usadas para fazer a sua representação na literatura? Talvez, seja necessário estancar a pressa e dar-nos ao trabalho de "voltar atrás" lentamente à cena que refere o seu modo de ser e de viver e rever este lugar que não é assim de tão simples determinação, já que as cidades "não são fáceis de separar". Afinal, como nos provoca Alfredo Bosi (1992), deveríamos tentar questionar se aquilo que chamamos "matéria do passado" reduz-se a blocos homogêneos, uma produção material e simbólica limitada pela contingência dos fatos, tal qual a descreve a historiografia sociológica. Ainda será a literatura, talvez, uma boa fonte, somada à anterior, para se fazer a verificação das intersubjetividades de agentes que mobilizam estruturas aparentemente estáveis.

Enquanto Christina Miu Bing Cheng (1999) reforça a noção de autonomia desta duplicidade, definindo Macau como uma "Cultural Janus", ao identificar o mito com duas cabeças, olhando cada uma para uma direção diferente, tentarei invocar o mesmo mito, porém,

a partir da ideia de que existe uma face narcísica que não faz mais do que fixar uma imagem pré-existente enquanto uma outra deixa-se cair pra trás, voando até ao espaço de interlocução, conforme nos aponta Gayatri Chakravorty Spivak (1998). O título da minha conversação já revela o tributo à "Can the Subaltern Speak" (1999), ensaio seminal em que a autora afirma ser a constituição do sujeito fruto de reivindicações na política diária. Contrária à noção nostálgica de origens perdidas, Spivak tende a perceber a conscientização de resistência no interior do movimento histórico e procura fazer um confronto contínuo entre as estruturas sócio-econômicas e àquelas que agenciam identidades culturais.

A produção ficcional de Macau tem levantado muitas questões, sejam de ordem histórica ou cultural, anunciando identidades conflitantes, porém extremamente flexíveis e resilientes. Tem sido frequente o uso do termo *writing Macau* para o estudo de sua literatura, porque este privilegia a importância da significação que a obra produz em vez de preocupar-se com critérios fixos tais como o local de nascimento do autor. Neste ensaio, tentarei apresentar apenas o processo de deslizamento das representações identitárias do macaense, a partir da referida obra de Jaime do Inso, de contos da escritora macaense Deolinda da Conceição, reunidos em *Cheong-Sam, a cabaia*, de 1956, e de um certo percurso do protagonista de *A Quinta-Essência*, romance de Agustina Bessa-Luís, publicado em 1999, sem me preocupar com a análise exaustiva das obras.

#### Colonialidade e representação identitária

Antes de retornar, no entanto, à obra de Jaime do Inso, faço uma observação. O estatuto jurídico político de Macau sempre foi motivo de muita discussão. Só foi esclarecido, no período de transição da administração de Portugal para a República Popular da China (1987 - 1999), depois de a questão da soberania ter sido inserida no contexto das questões dos "tratados desiguais", no quadro da política internacional, e, ainda, depois que a tese histórica de Fok Kai Cheong (1996), acerca das bases da instalação dos portugueses na região, começou a circular. Através desse processo, hoje, entende-se que Macau não teve o estatuto de colônia, já que o Tratado de Amizade e Comércio de 1887 contemplou uma interpretação ambivalente e só teria sido assinado sob a pressão posterior às guerras do ópio. Se, por um lado, o estatuto de colônia

não se aplica a Macau, por outro, é senso comum entre os historiadores que a região passou por um período de "administração colonial", que vai de meados do século XIX até a assinatura da Declaração Conjunta, em 1987, momento no qual foram acordados os termos de transferência da soberania administrativa da região. A crítica pós-colonial, portanto, pode ser aplicada a Macau com pertinência, até porque, como já bem sublinhou Ana Mafalda (2003), esta não pode ser atrelada de forma restrita nem aos países independentes, ou seja, à questão de nacionalidades, nem a um sentido cronológico, mas a todas as análises que frustram e desconstruem estratégias discursivas formadas no âmbito dos impérios.

Subtende-se que, a partir das considerações formuladas, a localização contextual da obra de Jaime do Inso seja significativa. O caminho do oriente foi um dos resultados de uma vivência do autor em Macau, entre 1926 e 1929, na função de oficial da Marinha e, além deste livro, apresentou descrições da cidade e dos serviços de Macau na Exposição de Sevilha, de 1929, e no Congresso Colonial do Porto em 1934. Também publicou *Visões da China*, em 1933; *China*, em 1936, e *Cenas da vida de Macau*, em 1941, última obra da coleção "Cadernos Coloniais", edições Cosmos. Com *O caminho do oriente*, o autor ganhou um prêmio no VI Concurso de Literatura Colonial. Tanto o "Prêmio Colonial" quanto os "Cadernos Coloniais" tinham por objetivo disseminar e unificar uma visão do império colonial português entre as mais diversas regiões. Com relação às comunidades indo-portuguesas ou luso-chinesas, só mais recentemente, este material passou a ter interesse ao campo da crítica. A literatura colonial, produzida pela "metrópole" praticamente não ocupou espaço no cânone da literatura portuguesa, pois basta irmos às histórias literárias e verificarmos a sua inteira exclusão (na sua grande maioria), sendo uma rara exceção o caso da *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, sob a direção de Albino Forjaz Sampaio, que começou a ser publicada em 1929 e que dedica, no capítulo XXXVII do tomo relativo à literatura do século XIX, duas páginas à "Literatura de temas exóticos" (318-319) e que, no capítulo III do tomo do século XX, refere "a literatura colonial e a da Grande Guerra" (348-350).

Penso que este silêncio deveria ser melhor investigado. Talvez, como sugira Gayatri Spivak, o silêncio seja uma resposta possível a determinadas situações de opressão. De qualquer

modo, seria muito pertinente que, nos tempos atuais, se fizesse uma revisão e releitura crítica dessa produção literária. Se a literatura produzida pela metrópole relativa a esses espaços configurou-se de uma forma muito pontual no cânone da literatura portuguesa, aquela produzida no próprio espaço à margem da metrópole, em Goa e Macau, teria uma circulação bastante "ex-cêntrica", ficando praticamente desconhecida do público português. A partir do momento em que Macau passa a ter uma administração colonial, em meados do século XIX e que a fixação da matriz cultural de um reino cristão com missão civilizadora seria implementada, através, inclusive, da ritualização da romaria à Gruta de Camões no dia 10 de junho, na década de 1920, num processo de mímica cultural, o destino de seus habitantes também passaria a ser compreendido em um enquadramento da "portugalidade", independente de na região haver processos inter-étnicos que apontariam para outras matrizes culturais. É sob a moldura discursiva de uma extensão dessa intenção épica matricial portuguesa que Jaime do Inso põe a viajar Rodolfo Moreira e Frazão Antunes, ao afirmar, no início da narrativa: "O oriente que nos chamava, criando o motivo das estrofes d'Os Lusíadas, fará perdurar na memória dos homens a fama e o eco da gente lusitana" (INSO, 1996, p. 116).

A viagem e o oriente são vistos de forma fascinante e aventureira, ao modo orientalista descrito por Edward Said (1990) em seu *Orientalismo*: o oriente como invenção do ocidente e o itinerário de Lisboa a Macau, que passa por "Egito", "Colombo", "Singapura", "Ceilão", "Saigão" e "Hong Kong", é revelado através da exaltação de uma necessária preservação do sistema colonial, do monopólio cultural que asseguraria a legitimidade dos portugueses, na esfera acional de outras influências, com ênfase à descrição do sistema paroquial português. No entanto, a exaltação do desejo de civilizar contrasta com a descrição que é feita dos agentes civilizatórios, como o Brito, "um daqueles protótipos de burocrata colonial, velho vencido da vida que na Metrópole não conseguiria ficar" (Inso 1996: 13), ou o Dr. Lima que "só pensava em seus pinhais, em Portugal" (Idem). São contrastes como esses que vão abrindo a narrativa a um lugar diferente daquele para o qual previamente aponta a intenção autoral explicitada no prefácio da obra.

Ao chegarem, Rodolfo e Frazão passam por uma confusão dos sentidos diante dos elementos heterogêneos da cidade e, especialmente, o primeiro é levado a ultrapassar o limite entre a curiosidade e o desejo. Os dois personagens seguem o mesmo itinerário na cidade, mas suas "orientações diferentes" marcam movimentos distintos. Frazão seguirá pelo oriente enquanto Rodolfo passará por um processo de "aculturação", de desnacionalização, que o transporta quase que completamente para "o lado de lá da fronteira", ao se apaixonar e viver com A-Mi, uma "Pi-Pa T'chai". Contudo, ao final, é resgatado, após um tufão varrer a A-Mi e qualquer possibilidade de outra condição de ultrapassagem das fronteiras. O enredo, marcadamente ideológico, reinsere Rodolfo na portugalidade, às custas do poder de uma erva chinesa "do esquecimento" e da oração de Tininha. Rodolfo é reinserido na comunidade de Macau, mas esta inserção, por sua vez, revela uma cultura outra, que não corresponde exatamente a uma matriz portuguesa. Os pagodes, os jogos, os restaurantes, os bailes, enfim, as cenas da vida de Macau que Jaime do Inso pretende mostrar ao leitor português, numa chave exótica, acabam por evidenciar tanto o multiculturalismo do espaço quanto a vivência inter-étnica da sua população.

Para que as cenas de Macau, de Jaime do Inso sejam compreendidas pelo leitor português, elas necessariamente compõem-se de inúmeras intermediações. E, certamente, ao seguir o Jano de Spivak, primeiro tracei o movimento desta narrativa de agarrar-se à ideologia do império português, na sua vontade narcísica para, agora, apontar àquele outro movimento de deitar a cabeça e mostrar outra perspectiva. Já observei que aquilo que é descrito, no livro, contrasta com o que é suposto fazer a partir das intenções expostas no prefácio do livro. Nas cenas descritas da cidade, é Eustáquio, um macaense, quem explica a Rodolfo e a Frazão o "Bazar Chinês"; é Julião Torres, um macaense educado em Portugal, quem lhes esclarece os processos comerciais e a situação industrial de Macau; é Segismundo, outro macaense, quem explica a peça tetral em patois de Macau; é Dinora, "a da triste sina, a meiga filha de Macau" quem socorre e ajuda Tininha e é A-Chan, criada chinesa que fala um patois próprio dos chineses, quem traduz os diálogos de Rodolfo e A-Mi. Todos esses personagens, secundários no enredo, ocupam o espaço principal da comunicação social dentro da trama, principalmente, no

que diz respeito a tradução e representações da cidade. Fica evidente, ainda, que são eles imprescindíveis a todos os momentos em que as representações de Macau e de sua cultura são expressas a partir de diferenças e particularidades culturais locais.

À lógica orientalista, de acordo com a proposição feita por Edward Said, interessaria que a narrativa reforçasse a separação ontológica entre o "oriental" e o "ocidental" levando-a ao campo abstrato de uma epistemologia em que qualquer assunto poderia ser enquadrado na definitiva bipartição. No entanto, as mediações efetivadas nos interstícios do texto apresentam uma fratura na sua estruturação. Sendo assim, posso encaminhar a leitura, de modo a contemplar a ação discursiva em função de suas contradições: a intenção autoral de privilegiar o capital de portugalidade e o exotismo do outro frente à ambivalência estrutural da narrativa em que este outro torna-se o principal agente de comunicação e o mediador de diferenças locais. Homi Bhabha (1998) sugere que esta reorientação da análise do discurso colonial, baseada nas contradições subjacentes às relações entre poder e linguagem é possível porque o discurso colonial, elaborado através de mecanismos como o "fetiche", a "mímica" e o "estereótipo", apresenta sempre duplicidades, tornando-o instável e frágil. Jaime do Inso escreve uma narrativa, cujo enredo gira em função do personagem metropolitano, insinuando, porém, a visibilidade de uma outra face muito importante a todas as faces.

O macaense: de secundário à protagonista da ação discursiva

A face do macaense foi descrita e caracterizada por inúmeros estudos antropológicos, durante o século XX, tais como os de Ana Maria Amaro (1988) e os de Pina Cabral e Lourenço (1993). O que deles se verifica é que a identidade étnica macaense é herdeira de um complexo processo histórico, caracterizada por pessoas que têm diferentes origens, hereditariedades, línguas, religiões, não sendo, no caso, aplicável a visões essencialistas da cultura. O projeto étnico teria, ainda, mudado no decorrer do século XX, em um processo de adaptação às transformações históricas por que passou a região. Assim, se o projeto dos que nasceram entre os anos de 1920 e 1930 consistiu em privilegiar os vetores da ascendência europeia, da língua portuguesa e da religião católica (nem sempre os três vetores simultaneamente), a geração que nasceu a partir das décadas de 1960 e 1970 passou a privilegiar o capital sinófono. De qualquer

modo, parece ter havido, portanto, sempre um peso excessivo dos fatores de nacionalidade em oposição à caracterização das culturas locais, que se tornarão ainda mais plurais e complexas na sociedade contemporânea da globalização.

A alteração da representação do macaense como personagem secundário para personagem principal da ficção e da história marca-se de maneira definitiva quando, em 1954, Henrique de Senna Fernandes apresenta ao Centro de Estudos Ultramarinos um trabalho sobre Macau e os macaenses.

A nossa literatura colonial, não sendo muito pródiga em assuntos macaenses, nunca ou só perfunctoriamente se refere a ele. Nos romances, vemos sempre de um lado o metropolitano, de outro o chinês. O macaense não aparece, como se alguma vez pudesse falar-se ou descrever-se Macau sem que ele entrasse em jogo. Mas mesmo assim, o romance não dá um quadro justo. O metropolitano surge eternamente um homem desiludido, roído de saudades que vai esquecer as suas mágoas de exilado nos braços da pi-pai-chai, a cantadeira de olhos oblíquos, de pele finíssima, meiga e resignada, que se entrega humildemente à dor do europeu deslocado do seu meio. Creio que todo o nosso romance colonial enferma deste defeito. O colono saído da sua terra natal, tristonho, rasgando a gleba sob um sol escaldante, em plagas adustas, mordido de febres, tangendo o eterno bandolim da saudade. Como se no Ultramar ele não pudesse viver rijo e são, alegre e feliz, revendo na sua obra todo o seu esforço criador. Se é verdade que a saudade é uma constante do psiquismo português, nem por isso o colono deixa de contrapor a ela o amor à terra onde assentou arraiais, onde casou, fecundou mulher, onde seus filhos nasceram, terra onde verteu o seu suor, a sua angústia, as suas incertezas, mas onde também colheu os louros da vitória, o rendimento compensador dos seus sacrifícios. (Senna Fernandes, 1954: 23)

Negados os códigos de uma literatura colonial impregnada de imagens saudosistas de Portugal, imagens exóticas de Macau, de uma focalização bipartida, o escritor teria buscado, ao longo de sua obra, realocar o enraizamento colonial em uma nova articulação, na qual a memória do território implicou o reconhecimento dos hibridismos, porém sempre nas derivas culturais portuguesas. Senna Fernandes procurou destacar esse "novo tipo racial", em suas palavras, com cultura própria, remetendo o macaense ao protagonismo da ação narrativa, em meio a muitos conflitos comunitários. As relações inter-étnicas, como em muitas outras sociedades, foram bastante depreciadas em Macau, principalmente, quando envolvia os tan ka



(grupos que habitavam os rios) ou outros chineses. Cabral e Lourenço (1993) mostram que por ocuparem uma posição intermédia na sociedade os macaenses, os que nasceram nos anos de 1920 e 1930 estavam sujeitos a uma maior fragilidade identitária. Aos poucos, porém, os nascidos entre os anos de 1940 e 1950 começaram a ocupar postos intermediários na administração pública, mas, nestas mesmas décadas, Macau seria testemunha das atrocidades da invasão japonesa e a II Guerra Mundial.

Apesar de Macau não ter sido invadida, segundo Geoffrey C. Gunn (cf. 1998: 169), os serviços secretos britânicos construíram de Macau uma imagem de cidade sitiada, esvaída de dinamismo comercial, transbordante de refugiados, com serviços sociais à beira do colapso e com o espectro da fome pairando sobre os seus habitantes.

Foi justamente no mergulho da descoberta de seres em estado de exceção que a escritora Deolinda da Conceição criou, em seus pequenos contos, um espaço para memória, espaço doméstico em lugar fronteiro das complexas inquietações causadas pelas tormentas históricas, denunciando a angústia que a Guerra do Pacífico projetou sobre Macau e a vivência do trauma. O livro *Cheong-Sam: a cabaia* (1995), coletânea de contos que a escritora escreveu para o jornal *Notícias de Macau*, publicado pela primeira vez, em 1956, está carregado de imagens perturbadoras que afirmam a luta pela sobrevivência e existência, principalmente, das mulheres chinesas, em Macau e também outros espaços da China, todos caóticos nesta altura.

Se à identificação do macaense, quero dizer, do homem macaense era imputada uma noção de fragilidade, entendo que a mulher macaense estava duplamente vulnerável ao estigma de humilhação, ou seja, tanto por sua relação parental ser inter-étnica quanto por ser mulher numa sociedade cuja estrutura era patriarcal.

O estigma de humilhação quanto às origens inter-étnicas foi contundentemente representado no conto "A esmola". O conto se desenvolve na duração da despedida de um jovem estudante, que viaja com o fim de continuar os seus estudos. Na agitação do cais, confronta-se com a própria configuração do espaço social, que fende a sua presença e se reflete sobre a sua identidade como uma sombra.

Feria-lhe a alma a injustiça do destino. Porque teria ele nascido naquelas circunstâncias, se a Natureza lhe havia de conceder uma inteligência superior e a consciência do seu triste fado? Perguntava-se várias vezes se conseguiria algum dia fugir ao ambiente que o deprimia, se acabaria por se subtrair à sombra que pesava sobre ele, à sombra vergonhosa dum bastardo? Mas...não se sentia culpado, e sofria com a revolta que agitava todo o seu ser. O pai, sabia-o ele, tinha vindo de longe, da velha Europa, desiludido da vida, amargurado e desesperado, para esconder a sua dor e talvez a sua humilhação naquele ponto distante da China. A mãe era aquela pobre mulher chinesa, ignorante, de pé descalço, sem mais ligeira noção de educação, que o pai levava para casa um dia e ali se encontrava ainda numa situação indefinida, não se sabia se de serviçal, se de mulher sem a defesa do matrimónio, mas sabia que era sua mãe, e mãe que ele amava no seu íntimo e de quem se envergonhava na sociedade, a mãe com quem não gostava de ser visto e que o não compreendia, a mãe que o gerara, o criara e amamentara, mas que lhe batia nos momentos de mal contida cólera e cuja falta de educação lhe permitia gritar-lhe todo o seu aborrecimento e as suas acusações, quando ele, na sua criancice, tinha maldades que a contrariavam (1995: 27)

O ressentimento diante de sua auto-definição, forçando-o a fazer a pergunta que circunda o eixo de sua identidade – “Porque teria ele nascido assim? Porquê? Porquê?” –, busca a emancipação da sombra do seu rosto na distância das faces outras que o perturbam. No entanto, a busca da distância dessas faces inclui, não apenas a distância física do seu meio social, mas também o afastamento da mãe, o desejo de uma exclusão dessa origem que representa uma situação desprivilegiada. A esmola que é dada à mãe, quando esta se aproxima para se despedir do estudante, é encenação da violência da exclusão que o estranhamento de si mesmo gera. A situação negativa de incompreensão étnica traduz uma fatalidade ligada ao desprestígio, ao estigma de humilhação do macaense.

Cheong-sam (a cabaia chinesa), signo polimorfo inscrito nos contos de Deolinda da Conceição, assegura representações subjugadas na linearidade histórica, desdobrando-se na cruel mutilação, repetida nas histórias violentas das mortes e dos sofrimentos humanos. Nessa situação encontram-se a mulher com o filho atado às costas e contorcendo-se

desesperadamente, sem lhe poder matar a fome, no conto “Arroz e lágrimas”; a filha do comerciante chinês, seqüestrada e morta, em “Vingança desumana”; a mulher que emigra com o filho, abandonando o marido viciado em jogo e em conquistas de mulheres, em “Conflito de sentimentos”; a mulher pobre que perde uma filha e tem que entregar os outros a uma família que os possa criar, em “Aquele mulher”; “Anui”, empregada de uma família portuguesa, que é atropelada ao sair da loja, à qual tinha ido comprar sapatos novos com o dinheiro que conseguira juntar, no conto “Os sapatinhos bordados da Anui”; Vong Mei, que encontra o casamento no mundo das almas, em “O casamento de Vong Mei”; Cuai Mui, vendida várias vezes e que ganha um prêmio na loteria já nos seus últimos dias, em “O sonho da Cuai Mui”; Cam Lin e seu filho, ambos assassinados pela inveja da primeira esposa do pai, em “Dinheiro maldito”; o suicídio de A-Lin, a filha de um comerciante que seria usada como instrumento de vingança do pai contra o seu sócio, em “A vingança de A-Lin”, a mulher que fica louca depois de passar pelas privações da guerra, em “A louca”; ou ainda a mulher que “olhava abstracta o horizonte distante, com um olhar desvairado, cheio de perguntas sem respostas”, em “Fome”.

O horizonte dessas imagens, de uma repetição devastadora da violência, ressoando em Macau durante o tempo da guerra, é também fronteira enunciativa de imagens afirmativas da vida, da solidariedade e da resistência ao aniquilamento. É nesse sentido que o conto “O romance de Sam Lei” ilustra a reação da mulher frente à desilusão amorosa – uma aprendizagem rumo à independência –; que Daphne, de “O modelo”, enfrenta com firmeza o destino depois de ter o rosto deformado por causa de um incêndio; que “Cuai Mui” entrega à filha o prêmio e a memória da sua vida, com o fim de lhe garantir um destino melhor, em “O sonho da “Cuai Mui”; que “Mei Fong” escapa da profecia maligna, da predestinação fatalista, em “A profecia que se não realizou”; que os soldados nipônicos ajudam uma mãe chinesa a parir, em “O desabrochar duma vida nova”; que a feiticeira consegue firmar-se na aldeia com dignidade, em “A feiticeira”; enfim, que a criança, mesmo estando só, depois da morte da mãe continua “a vida que a chamava com o seu canto de sereia...”.

Em meio à provocação de Deolinda da Conceição para uma revisão do juízo ético e da representação da iniciação extraterritorial, está o seu olhar intérprete preocupado em revelar

relações dos portugueses com este mundo outro de Macau – o universo chinês, principalmente das mulheres chinesas.

Em “O calvário de Lin Fong”, Deolinda da Conceição constrói a representação da desesperada espera de uma chinesa “operária analfabeta” por um “sai iong” (demônio europeu, significando o português) que partira, com outros soldados, para o “Sai long tão distante” (Portugal). A incerteza diante do futuro, a possível falta de um “projecto de matrimónio” e de um reconhecimento do filho que espera, precipitam-na no medo de uma futura discriminação, “das conseqüências que sofreria”. O “calvário” ou “a dor intensa da dúvida” da chinesa Lin Fong exibe o comprometimento da valoração concedida à mulher, na sociedade macaense da época, com um projeto de matrimônio.

Por fim, o emblemático conto “Cheong-San” narra a história de uma mulher chinesa assassinada pelo marido. A cabaia da mulher morta é ícone de um discurso que habilita a memória do aniquilamento; reflete a ausência da voz, calada pela violência, mas ecoando no sonho, habitando a inscrição fronteiriça da realidade, interrogando os motivos da sua fatalidade. Sobre o horizonte escatológico da perspectiva de vingança, surge a pergunta: “Mas...esse crime seria realmente seu?” A história de “A-Chun” e “Chan Nui” (a mulher morta) se enquadra no rompimento dos moldes tradicionais da cultura da família chinesa, na ruptura da submissão de destinos levada ao extremo no jogo cujas regras a guerra determina.

Um primeiro rompimento de “Chan Nui” refere-se à sua insistência em conhecer o “novo mundo” antes da consumação de sua união com “A-Chun”, desencadeada por circunstâncias familiares que participam “das velhas tradições do seu país”. Dois anos depois, A-Chun percebe que regressara do “mundo novo” uma mulher que “não seria nunca igual às mulheres que o rodeavam”. A iniciação extra-territorial de “Chan Nui” implica a apropriação dos códigos da sociedade moderna ocidental. A sua despersonalização, transforma-a numa estranha à velha moldura tradicional.

A sua estranheza encanta e se codifica na “cabaia elegante”, “estilizada” como um mecanismo de atração e desejo, “a delinear graciosamente os contornos sedutores do seu

corpo sinuoso”. Mas também cria receio, suspeita, um sentimento de inferioridade em "A-Chun". Os dois tinham modos contrastantes e a guerra dispara as suas discordâncias.

Com a sua cabaia, "Chan Nui" emprega-se nos dancings da cidade, enquanto "A-Chun" passa a cuidar dos filhos. Entre o mundo outro que "Chan Nui" passa a habitar e a realidade doméstica cria-se um abismo, uma distância incomensurável expressa por um silêncio entre ambos que se tornava “cada vez mais profundo, mais longo”. A revolta de "A-Chun" contra a mulher, com a cabaia, aumenta conforme a distância de "Chan Nui". Finalmente, a ruptura total da esfera doméstica, através do "deslocamento para outra cidade, precipita o confronto radical entre a tentativa de "A-Chun" de fazer a esposa regressar e o desejo dela de escapar das fronteiras de submissão e miséria.

“Cheong-sam” é índice de fatalidade. “Cheong-sam” é um grito. “Cheong-sam” é a cabaia, que inscreve o espaço da representação em um questionamento persistente; é índice de transculturação; é também a marca do feminino, assegurando a fronteira do lar e sendo metáfora do desejo.

Levando em conta que existe uma dificuldade muito grande de se escrever a memória recente da China, tal como aponta a escritora chinesa Xinran em vários de seus livros, observo que a obra de Deolinda da Conceição é realmente ímpar, na ficção de língua portuguesa, ainda mais que esses contos sugerem um continuum, aproximado ao de testemunhos, já que a própria escritora teria vivido um tempo em um campo de refugiados em Hong Kong. Parece que a representação da vivência/experiência de situações de violência de algumas de suas histórias poderia ser analisada em função dos mecanismos da tradição oral em sua relação com a narratividade, numa fronteira bem tênue entre os planos historiográfico e ficcional.

### **Novas histórias: o macaense sob o olhar do sujeito contemporâneo**

No século XX, as fronteiras entre a história e a ficção, ao serem reconfiguradas de um modo que as formas tradicionais da história passaram a ser parodiadas ou desmontadas na metaficção historiográfica (cf Hutcheon 1991) permitiram que os escritores deliberadamente recusassem a resolver as contradições, além de atribuírem um papel ativo ao leitor na produção

de sentido. Em Portugal, com as Guerras de Libertação da África e a Revolução dos Cravos, a ficção das décadas de 1980 e 1990 buscou refletir sobre as suas condições históricas, revisitando muitos arquivos coloniais, com uma focalização bem marcada em direção aos países africanos. Com relação à presença portuguesa na Ásia, esta produção se daria em uma escala bem menor e também seria menos representativa em Portugal.

Tomo *A Quinta Essência*, da consagrada escritora Agustina Bessa-Luís, livro publicado em 1999, para refletir sobre uma dupla perda de soberania, a de Macau e a do sujeito contemporâneo em relação a sua própria subjetividade. Estranhamente, poderia falar de um mundo mais narciso e menos narciso; de qualquer modo, mais complexo.

Muitos macaenses, no período de transição (1987 - 1999) enfiaram a diáspora, devido às incertezas quanto ao futuro da região. Os que permaneceram em Macau tiveram que reestruturar o seu modo de viver em função da crescente valorização do capital sinófono. Como Macau passou a ser uma Região Administrativa Especial, a RAE de Macau, ou simplesmente RAEM, o capital identitário do macaense serviu de fundamento à construção de uma ideia de espaço "especial", ou seja, com uma cultura própria e, desta forma, conseguiram algumas posições de prestígio. Nesse processo, considero mais importante salientar que os macaenses não foram consultados acerca do seu destino. Todas as decisões acerca do futuro de Macau foram tomadas entre Portugal e a República Popular da China, no âmbito das relações internacionais. No início do novo milênio, a região passou a receber novas migrações, cada vez mais intensas do sudeste asiático. Esse contexto pluri-étnico somado ao déficit democrático, pois mesmo que, em Macau, haja eleições indiretas para o Chefe de Governo, existe um sentimento de que tudo é resolvido pelo governo chinês, resulta em uma forte sensação de despertencimento. Habitar uma cidade com tantas forças culturais diferentes e cujas decisões políticas importantes parecem ser decididas na longínqua capital da República Popular da China é um grande desafio às novas gerações de macaense. Uma forma de responder a este desafio é buscar consolidar a memória de Macau. De fato, em Macau, existe, hoje, um grande número de instituições, com pesquisas voltadas para a sua própria história e cultura.

Em Portugal, na data índice de transferência de soberania administrativa, 1999, Agustina Bessa-Luís lançou o seu livro *A Quinta Essência*, uma história de histórias, cheia de memórias contraditórias e misteriosas, através das quais um protagonista avança em vão, numa sucessão de abismos, myse an abismes, em luta consigo mesmo pelo conhecimento último, pelo amor, pelo fino traço de tinta negra que pudesse delinear um rosto.

Compreendo, como Isabel Pires de Lima (2000), que o século XX apoiou-se, em grande medida, na rasura da idéia moderna de história do pensamento como iluminação, no descentramento do sujeito racional situado num qualquer lugar possível para totalizar os sentidos da história, portanto, na ineficácia da realização definido e definitivo da humanidade. As crises do colonialismo e dos imperialismos evidenciaram ainda mais a tirânica forma de situar-se sob um ponto de visto supremos só poderia ser ilusória. Como, então, ler esta obra da grande escritora, que parece ter sempre apoiado as suas narrativas em perspectivas duplas, tríplices, múltiplas, contraditórias e desconcertantes, frente ao desafio do Jano de Gayatri Spivak? Ao percorrer o percurso do protagonista de *A Quinta Essência*, José Carlos, tenho em mente os conflitos que, no eixo simultâneo, os olhares de ambas as cabeças podem gerar mas também o vôo daquela cabeça que deita pra trás e olha percorre, permitindo ao olho uma paradigmática inconclusão. Antes ainda de seguir este fio, traço uma brevíssima comparação. Estamos de novo diante da situação de uma história de um "metropolitano" que segue para a China e que lá vai se apaixonar, no entanto, no espaço de quase 70 anos (entre a publicação de *O caminho do Oriente*, de Jaime do Inso e este), outros serão os exercícios à edificação da subjetividade, outras as condições de mobilidade pelas culturas.

Indo para Macau com o objetivo de conquistar a filha de um dos capitães de abril, vingando-se daquele que teria sido responsável pelos infortúnios de sua aristocrática família do Porto, o narcísico protagonista José Carlos envolve-se na "história da cidade, que era abundante de peripécias amassadas durante quatro séculos" (Bessa Luís 1999: 73). Num deslocamento anacrônico por várias épocas históricas, Macau transforma-se no alvo da projeção infinita de especulações. Matérias historiográficas são vertidas em um sedutor jogo de charadas compartilhado pelo protagonista e Iluminada, filha do capitão Sequeira na mira de sua vingança.

Observo que "Iluminada" é o nome da filha de Vicente Nicolau de Mesquita, oficial importante do governo de Ferreira do Amaral, considerado herói no episódio da Batalha de Passaleão, ou seja, os deslocamentos de nomes de personagens históricos e literários trazem à narrativa um efeito pancrônico que reforça a desordem dos arquivos históricos de Macau, ativando a memória em uma fusão de registros.

Os níveis narrativos também são confundidos estrategicamente. Assim, o "Sonho do Pavilhão Vermelho", obra do escritor Cao Xueqin, que é lida pelo protagonista serve de modelo a diegese da narrativa principal, já que a aventura de José Carlos, pelos conhecimentos acerca da China, passa por personagens e episódios inacreditáveis, destinos desordenados, histórias de governantes, de mulheres e de amores, enigmas que atijam o fluir da imaginação e que ficam por resolver. Os relatos, depoimentos e crônicas que são recolhidas por esse protagonista candidato a sinólogo não chegam a completar uma figura exata de um quebra-cabeça, mas somam lacunas a mais lacunas. Pontos, fatores e equações que preenchem textos historiográficos aparecem habilmente articulados em *A Quinta Essência* (1999), principalmente, no decorrer dos vários jantares da casa da siá Debra, bisavó de Iluminada e também durante as investigações de José Carlos sobre a história e a cultura chinesas. A busca da história das origens de Macau corresponde à necessidade comum de se resgatar a unidade da narrativa do passado, dando coerência ao encadeamento de acontecimentos históricos de Macau. No entanto, na construção narrativa das peripécias vividas por José Carlos, através do passado histórico, essa unidade parece irremediavelmente perdida e os acontecimentos não passam de conteúdos efêmeros que proliferam de forma desordenada. No interior do romance de Cao Xueqin, que José Carlos lê, revela-se um plano mítico em que a deusa "Nügua" restaura a ordem do universo. O mito, que funciona como uma chave para se entender a decadência da família "Jia", na obra de Cao Xueqin, é reinterpretado por José Carlos como a consciência sobre a vaidade. A confusão entre os níveis narrativos é intensificada à medida que o protagonista "tornou-se na personagem inacabada ao ler o livro prodigioso de Cao Xueqin" (p. 150) e tanto ele quanto as três personagens que o rodeiam, as macaenses Debra, Emilia e Iluminada se movem através de uma história de mais de quatro séculos.



Enquanto José Carlos soma traços das figuras de Matteo Ricci (o pastor), de Sun Tzu (o estrategista) e de Camilo Pessanha (o poeta), as três personagens femininas vão exibindo singularidades do convívio social da formação da comunidade macaense. Pergunto-me qual a posição dessa comunidade, nas teias das fusões dessa narrativa histórico-ficcional. Na paródia da "conquista", os sentidos da narrativa que polissemicamente vão definindo o que é a quinta essência no romance, como por exemplo, "a fonte verdadeira do espírito chinês", reflete-se no encadeamento de histórias que, por sua vez, são apresentados nos comentários crítico-analíticos do narrador, outras vezes, fundido na perspectiva do olhar da protagonista. A própria casa de Sia Debra, em Macau, poderia ser compreendida como um "pavilhão vermelho", espécie de espelho de Alice, a entrada num mundo mágico onde as histórias e as aparências se encadeiam sem fim. Fica sob a responsabilidade do leitor, realizar os encadeamentos dos sentidos entre as várias possibilidades apresentadas. Sem conseguir realizar a sua vingança, sem conseguir odiar e sem tampouco conseguir amar "Iluminada", José Carlos começa a desconstruir sua personalidade, abdicando de seu próprio protagonismo. E estende a noção de "quinta essência", cifrada também no nome de "Iluminada", à própria sobrevivência da comunidade macaense.

José Carlos compreendia agora o que significa Iluminada. Era o auge da mestiçagem que consagrava a presença dos portugueses no Oriente, algumas coisa de íntegro nas suas redes de interesses e de força de adaptação, e efêmero nas suas opiniões, laços diplomáticos e subtilíssimas relações de corte e comércio. Viera para seduzi-la e estava despedido coo um mordomo que não chegara à categoria de eunuco porque não era totalmente de confiança (Bessa Luís 1999: 200)

Depois de perceber "alguma coisa de íntegro" na força de adaptação dos macaenses, vê a si mesmo e a sua vontade de vingança como parte das vaidades efêmeras do mundo. Na dissolução da sua razão, rompe-se o sentido da história a caminho das luzes (do Iluminismo), ou no caso, de "Iluminada". Esvaziado da soberania da sua própria subjetividade, não resta-lhe alternativa a não ser olhar para esse outro e tentar compreendê-lo sem querer dominá-lo. José Carlos voltará a Portugal e cinicamente buscará um cargo político, mas também neste aspecto

não encontrará saída para a sua própria ausência. Enquanto isso, o único fio incorruptível da história, a busca daquela comunidade por sua sobrevivência continuará em novos enigmas e xaradas.

Gostaria de encerrar a leitura, retomando a imagem de Jano, que me acompanhou durante este percurso. De vários modos, esta maravilhosa narrativa de Agustina Bessa-Luís parece indicar que, contemporaneamente, em relação aos arquivos da história colonial, não haveria mais possibilidade para nenhuma cabeça de Jano narcísico existir, a não ser como parte de um ser doente, preso a suas contradições, mas para aquela cabeça que se deixa cair, cujo olhar voa em mediações plurais, restaria ainda uma outra arte a ser feita, a da convivência, simples ou complexa que seja.

## Bibliografia

Abbas, Ackbar (2002), *Cultural and the Politics of Disappearance*, Minnesota, University of Minnesota Press.

Amaro, Ana Maria (1996), *Filhos da terra*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

Bessa Luís, Agustina (1999), *A Quinta Essência*, Porto, Guimarães Editores.

Bhabha, Homi (1998), *O local da cultura*, tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves, Belo Horizonte, Editora UFMG.

Bosi, Alfredo (1992), "O tempo e os tempos", in Novaes, Adauto (org.), *Tempo e história*, São Paulo, Companhia das Letras.

Brookshaw, David (2010), "A escrita em Macau: uma literatura de circunstâncias ou as circunstâncias de uma literatura", in Laborinho, Ana Paula e Pinto, Marta Pacheco (2010), org, *Macau na escrita, escritas de Macau*. Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.

- Cabral, João Pina e Lourenço, Nelson (1993), *Em terra de tufões: dinâmica da etnicidade macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Cheng, Miu-Bing (Christina) (1998), *Macao: a cultural Janus*, Hong Kong, Hong Kong University Press.
- Conceição, Deolinda da (1995), *Cheong-San: a cabaia*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Fok, Kai Cheong (1996), Estudos sobre a instalação dos portugueses em Macau. Macau: Museu Marítimo de Macau/Gradiva.
- Gunn, Geoffrey C (1998), *Ao encontro de Macau: Uma cidade -Estado portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, trad. de José António N. de Sousa Tavares, Macau, Fundação Macau.
- Hutcheon, Linda (1991), *Poética do Pós-Modernismo. História, Teoria e Ficção*, Rio de Janeiro, Imago.
- Inso, Jaime do (1996), *O caminho do Oriente*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Laborinho, Ana Paula e Pinto, Marta Pacheco (2010), org, *Macau na escrita, escritas de Macau*. Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.
- Mafalda, Ana (2003), *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*, Maputo, UEM, Imprensa Universitária.
- Pires de Lima, Isabel (2000), "Traços Pós-Modernos na Ficção Portuguesa Actual", *Semear. Revista da Cátedra Pe. António Vieira de Estudos Portugueses*, Rio de Janeiro, Nau Editora.
- Said, Edward W (1990), *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*, trad. Tomás Rosa Bueno, São Paulo, Companhia das Letras.
- Sampaio, Albino Forjaz de (1929), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos séculos*. Tomos XIX e XX. Porto, Livraria Fernando Machado.

Senna Fernandes, Henrique de (1954), "Macau, a desconhecida". *Monografia*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.

Simas, Monica (2007), *Margens do Destino: Macau e a literatura de língua portuguesa*, São Caetano, Yendis Editora.

-- (2001), "Em busca d'A *Quinta Essência*: saudades de Cao Xueqin", em *Semear. Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses*, n. 7, Rio de Janeiro, PUC-RJ.

-- (2004), "Identidade e memória no espaço literário de língua portuguesa em Macau", in Garmes, Hélder (org.), *Oriente: engenho e arte. Imprensa e literatura em língua portuguesa em Goa*, Macau e Timor Leste, São Paulo, ed. Alameda.

Spivak, Gayatri Chakravorty (1998), "Identity and Alterity: a conversation with Gayatri Chakravorty Spivak", in Papastergiadis, Nikos (1998), *Dialogues in the Diasporas: Essays and Conversations on Cultural Identity*, London and New York, Rivers Oram Press.

-- (1999), "Can the Subaltern Speak". *Toward a History of the Vanishing Present*, Cambridge, Mass, Harvard University Press.

Wu Zhiliang (1999), *Segredos da Sobrevivência – História Política de Macau*, Macau, Associação de Educação de Adultos de Macau.

**Monica Simas** fez a Graduação, Mestrado e Doutorado em Literatura Portuguesa na PUC-RJ e Bacharelado em Administração de Empresas na UFRJ. É Professora Associada, na Área de Literatura Portuguesa, na USP, onde coordena o LIA (Laboratório de Interlocuções com a Ásia) e o Grupo "Pt. Oriente: línguas, literaturas e culturas", certificado pelo CNPq. É autora de *Margens do destino: Macau e a literatura em língua portuguesa*, (2007), publicado pela Editora Yendis, *Dor e desejo* (2010, org.), ensaios sobre a cultura portuguesa, *Macau, 3 poetas, 21 poemas* (2013, org.), da Coleção Poesia Viva, do Centro Cultural São Paulo, além de inúmeros capítulos de livro e ensaios nos campos das relações luso-chinesas e da poesia portuguesa contemporânea.